

**INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL, I.P.**  
**Centro de Emprego e Formação Profissional de Leiria**  
**Serviço de Formação Profissional de Leiria**

**ANEXO III**  
**CADERNO DE ENCARGOS**

**ajuste direto n.º PR2025426/86**

Aquisição de vestuário profissional/fardamento diverso, destinado às ações de formação do Serviço de Formação Profissional de Leiria (1.º semestre) - modalidades Educação e Formação de Adultos e Aprendizagem, do Centro de Emprego e Formação Profissional de Leiria do IEFP, I.P.

**PARTE I**  
**CLÁUSULAS JURÍDICAS**

**Artigo 1.º**

**Objeto**

O presente procedimento tem por objeto a aquisição de vestuário profissional/fardamento diverso, destinado às ações de formação do Serviço de Formação Profissional de Leiria (1.º semestre) - modalidades Educação e Formação de Adultos e Aprendizagem, do Centro de Emprego e Formação Profissional de Leiria do IEFP, I.P., de acordo com os Termos de Referência descritos na parte II do Caderno de Encargos, sendo adotado o procedimento de ajuste direto, nos termos da alínea d) do n.º 1 do art.º 20º e do art.º 112º e seguintes do Código dos Contratos Públicos em anexo ao Decreto-Lei nº 18/2008 de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 111-B/2017 de 31 de agosto.

**Artigo 2.º**

**Preço-Base**

O preço base, definido nos termos do art.º 47.º do Código dos Contratos Públicos, ou seja, o preço máximo que o IEFP, IP se dispõe a pagar para a totalidade dos bens que constituem objeto do presente procedimento é de €2.476,44 , acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

**Artigo 3.º**

**Prazo de Vigência**

1. O contrato vigora desde o momento da sua assinatura até ao dia 30-06-2025.
2. Nos casos em que o contrato não seja reduzido a escrito, o mesmo vigora a partir do momento em que forem apresentados todos os documentos de habilitação exigidos, ou quando comprovada a prestação da caução, quando esta for devida.

**Artigo 4.º**

**Bens a Fornecer**

1. Só serão adquiridos os artigos cujas ações iniciem.
2. As quantidades podem ser encomendadas totalmente ou parcialmente das quantidades adjudicadas, tendo em conta as necessidades formativas.

**Artigo 5.º**

**Prazo de Entrega**

1. A entrega dos bens será faseada, de acordo com o início das ações de formação, sendo o adjudicatário informado pela entidade adjudicante dos tamanhos a fornecer e só serão adquiridos os bens cujas ações iniciem.
2. Com base no definido no número anterior, o adjudicatário obriga-se ao fornecimento dos bens no prazo de 15 dias úteis, a contar da data em que é informado.
3. Os bens adjudicados, devem ser entregues e faturados em 2025, de acordo com as entregas solicitadas.

**Artigo 6.º**

**Local de Entrega**

1. Os bens objeto do presente procedimento, deverão ser entregues nos seguintes locais:
  - a) Artigos das posições 1; 2; 9; 10; 11; 12; 13 e 14 - Serviço de Formação Profissional de Leiria, sito na Rua de S. Francisco, n.º 32, 1.º dto. 2400-230 – Leiria.
  - b) Artigos das posições 3; 4; 5; 6; 7 e 8 - Pólo de Formação da Marinha Grande, sito na Rua da Alemanha, Lote 18 - Zona Industrial Casal da Lebre - 2430-028 Marinha Grande

### **Artigo 7.º** **Obrigações de Sigilo**

O adjudicatário obriga-se ao sigilo de quaisquer informações que obtenha em virtude da execução do contrato, salvo se prévia e expressamente autorizado pela entidade adjudicante, nos termos e para os efeitos da Lei de Proteção de Dados Pessoais.

### **Artigo 8.º** **Contrato**

1. No âmbito do presente procedimento a celebração do contrato está dispensada da formalidade de redução a escrito por força da alínea a) do nº 1 do art.º 95º do CCP.
2. Independentemente da sua redução a escrito, fazem sempre parte integrante do contrato, nos termos do n.º 2 do artigo 96.º do Código dos contratos Públicos:
  - a. Os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
  - b. Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
  - c. O Caderno de Encargos;
  - d. A proposta adjudicada;
  - e. Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de discrepância entre os vários elementos que compõem o contrato, prevalece a ordem por que vêm enunciados no número anterior.
4. A entidade adjudicante pode excluir expressamente do contrato os termos ou condições constantes da proposta adjudicada que se reportem a aspetos da execução do contrato não regulados pelo Caderno de Encargos e que não sejam considerados estritamente necessários para essa execução ou sejam considerados desproporcionados.

### **Artigo 9.º** **Dados Pessoais**

1. Os outorgantes comprometem-se a respeitar o Regulamento Geral de Proteção de dados (RGPD) em vigor e demais legislação nacional aplicável aos dados pessoais.
2. O Primeiro Outorgante enquanto responsável pelo tratamento dos dados fornecidos, informa que os mesmos serão utilizados para garantir a adequada execução do contrato, nomeadamente identificação do Segundo Outorgante e faturação ao abrigo do Código dos Contratos públicos.
3. Os dados pessoais fornecidos serão conservados apenas durante o período de execução do contrato, podendo ser mantidos de acordo com as exigências legais inerentes à finalidade do tratamento para que foram recolhidos.

### **Artigo 10.º** **Condições de Pagamento**

1. O valor, referente aos bens fornecidos, será pago, mediante apresentação da respetiva fatura, devendo a mesma discriminar os bens a que se refere.
2. O pagamento de quaisquer faturas pela Entidade Adjudicante está dependente da comprovação, por parte do Adjudicatário, da regularidade da sua situação tributária e contributiva.

3. A Entidade Adjudicante efetuará o pagamento num prazo não superior a 30 (trinta) dias a partir da data de entrada da fatura nos seus serviços.
4. Na eventualidade do não cumprimento do prazo de pagamento, referido no número anterior, aplicar-se-á o previsto na Lei nº 3/2010, de 27 de abril, que estabelece a obrigatoriedade do pagamento de juros de mora, calculados à taxa legal em vigor.
5. Em caso de discordância por parte da entidade adjudicante, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao adjudicatário, através de correio eletrónico, os respetivos fundamentos, ficando o adjudicatário obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida e emissão de nota de crédito, caso se verifique essa necessidade.
6. Independentemente das datas de entrada de quaisquer faturas nos serviços do IEFP, I.P., o pagamento dos valores aí referidos só é efetuado após confirmação, e validação, das mesmas, por parte dos serviços do NGAF do Centro de Emprego e Formação Profissional de Leiria, do IEFP, IP.
7. Nas condições de pagamento a apresentar pelo concorrente não podem ser propostos adiantamentos por conta dos bens a fornecer.
8. De acordo com a Diretiva 2014/55/EU e Decreto-Lei 123/2018, de 28 de dezembro, a partir de 18 de abril de 2020 o Primeiro Outorgante fica obrigado a receber faturas eletrónicas no modelo a que se refere o n.º 3 do artigo 299.º-B do Decreto-Lei 111-B/2017 de 31 de agosto, estando o IEFP vinculado à plataforma de faturação eletrónica da ESPAP – FE-ESPAP.

#### **Artigo 11.º**

##### **Cessão da Posição Contratual**

1. O adjudicatário não poderá ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do contrato, sem autorização da entidade adjudicante.
2. Para efeitos da autorização prevista no número anterior, deve ser apresentada pelo cessionário toda a documentação exigida ao adjudicatário no presente procedimento;
3. A entidade adjudicante aprecia, designadamente, se o cessionário não se encontra em nenhuma das situações previstas no artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

#### **Artigo 12.º**

##### **Gestor do Contrato**

Na notificação da adjudicação, será indicado o Gestor do Contrato, em nome da entidade adjudicante, nos termos do artigo 290-A, do CCP.

#### **Artigo 13.º**

##### **Subcontratação**

O adjudicatário não poderá, por qualquer forma, subcontratar terceiras entidades para o fornecimento dos bens objeto do contrato, sem prévio consentimento da entidade adjudicante.

#### **Artigo 14.º**

##### **Casos Fortuitos ou de Força Maior**

1. Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidade se por caso fortuito ou de força maior, designadamente greves ou outros conflitos coletivos de trabalho, for impedido de cumprir as obrigações assumidas no âmbito deste processo de aquisição.

2. A parte que invocar casos fortuitos ou de força maior deverá comunicar e justificar tais situações à outra parte, bem como informar o prazo previsível para restabelecer a situação.

#### **Artigo 15.º**

##### **Responsabilidade do Adjudicatário**

1. O adjudicatário responde pelos danos que causar à entidade adjudicante em razão do incumprimento culposos das obrigações que sobre ele impendam.
2. O adjudicatário responde ainda perante a entidade adjudicante pelos danos causados pelos atos e omissões de terceiros, por si empregues na execução de obrigações emergentes do contrato, como se tais atos ou omissões fossem praticados por aquele.

#### **Artigo 16.º**

##### **Patentes, Licenças e Marcas Registadas**

1. São da responsabilidade do adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da utilização, no âmbito deste processo de aquisição, de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.
2. Caso a entidade adjudicante venha a ser demandada por alegadamente ter infringido, no fornecimento dos bens identificados neste Caderno de Encargos, quaisquer dos direitos mencionados no número anterior, o adjudicante indemniza-o de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e todas as quantias que tenha de pagar seja a que título for.

#### **Artigo 17.º**

##### **Interpretação do Contrato**

1. Em caso de dúvida sobre a interpretação das regras aplicáveis à execução do contrato, o adjudicatário deve solicitar por escrito um esclarecimento à entidade adjudicante.
2. O adjudicatário obriga-se a ter em conta, no fornecimento dos bens, as orientações que lhe forem transmitidas por escrito pela entidade adjudicante, na medida em que as mesmas não colidam com as regras aplicáveis à execução do contrato.

#### **Artigo 18.º**

##### **Rescisão do Contrato**

1. O incumprimento, por uma das partes, dos deveres resultantes do contrato confere, nos termos gerais de direito, à outra parte o direito de rescindir o contrato, sem prejuízo das correspondentes indemnizações legais.
2. Para efeitos do disposto no número anterior, considera-se incumprimento definitivo quando houver atraso no fornecimento dos bens para além de 15 dias úteis, após a receção da respetiva notificação de adjudicação.
3. Poderá considerar-se igualmente incumprimento definitivo a ocorrência de mais de três atrasos face ao plano da proposta ou ao disposto no presente Caderno de Encargos, por causa imputável ao adjudicatário.
4. A rescisão não prejudica o pagamento ao adjudicatário dos bens já fornecidos.
5. A rescisão pode ainda ocorrer por acordo entre as partes, a todo o tempo, nos termos da lei.

#### **Artigo 19.º**

##### **Despesas**

Correm por conta do adjudicatário, todas e quaisquer despesas, nomeadamente de deslocação e estadia, em que este haja de incorrer em virtude da execução das obrigações que para aquele emigram do presente Caderno de Encargos.

#### **Artigo 20.º**

##### **Prevalência**

1. Fazem parte integrante da relação contratual, o Caderno de Encargos e a proposta do adjudicatário.

2. Em caso de dúvida entre os elementos referidos no número anterior, o Caderno de encargos prevalece sobre a proposta do adjudicatário.

#### **Artigo 21.º**

##### **Obrigações do Adjudicatário**

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem com o fornecedor as obrigações principais abaixo discriminadas, de acordo com o estipulado neste documento e com a sua proposta:
  - a) Fornecer os bens que aceita nos termos do contrato e de forma a assegurar à entidade adjudicante a prossecução dos objetivos pretendidos.
  - b) Fornecer os bens objeto do contrato, com observância dos respetivos diplomas legais enquadradores e regulamentadores.
  - c) Informar a entidade adjudicante sobre o estado em que se encontra o andamento do fornecimento dos bens curso, sempre que isso lhe seja solicitado.
  - d) Manter absoluta confidencialidade no que concerne aos elementos e documentos colocados à sua disposição pela entidade adjudicante.
  - e) Declarar de imediato e expressamente a sua incompatibilidade para fornecer os bens, caso lhe seja apresentado um projeto em que tenha sido interveniente por si ou por qualquer um dos seus colaboradores, ainda que a título pessoal.
  - f) Declarar de imediato a sua incompatibilidade para fornecer os bens sempre que confrontado com uma das situações previstas nos artigos 44º e 48 do Código do Procedimento Administrativo.

#### **Artigo 22.º**

##### **Lei Aplicável**

O contrato rege-se pela lei portuguesa, nomeadamente pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, bem como toda a legislação complementar.

#### **Artigo 23.º**

##### **Foro Competente**

Para todas as questões emergentes do contrato será competente o Tribunal de Jurisdição Administrativa com sede em Leiria.

**TERMOS DE REFERÊNCIA**  
**PARTE II**  
**CARACTERÍSTICAS DOS BENS A FORNECER**

**Artigo 24.º**

**Bens a fornecer**

1. A entidade adjudicante pretende proceder à aquisição de vestuário profissional/fardamento diverso, destinado às ações de formação do Serviço de Formação Profissional de Leiria [1.º semestre] - modalidades Educação e Formação de Adultos e Aprendizagem, do Centro de Emprego e Formação Profissional de Leiria do IEPF, I.P., conforme se indica:

Posição	Características Técnicas	Quantidade	Tamanhos e quantidades		Logótipo
1	Bata branca de auxiliar de farmácia, em sarja - 65% Poliéster / 35% Algodão; 180g/m2 ou superior; Modelo Unissexo; Fecho central com botões; 3 bolsos de remendo; Logótipo do IEPF bordado	17	S	4	Logótipo bordado à frente; dimensões 7,5 cm x 5,5 cm; a cor verde-escuro, (pantone 356) e verde-claro (pantone 369); letras a preto
			M	5	
			L	4	
			XL	4	
2	Socas EVA antiderrapante de cor branca, com presilha (área da saúde) de tipo CROC fechado. Tamanhos diversificados	17	36	2	N/A
			37	2	
			38	3	
			39	5	
			40	4	
			42	1	
3	Bata branca (tipo esteticista); manga curta c/ logo bordado à frente	24	Tamanhos a facultar posteriormente		Logótipo bordado à frente; dimensões 7,5 cm x 5,5 cm; a cor verde-escuro, (pantone 356) e verde-claro (pantone 369); letras a preto
4	Calça branca (tipo esteticista); em sarja 65% Poliéster / 35% Algodão; 180g/m2 ou superior; c/ elástico no cós	24			N/A
5	Socas EVA antiderrapante de cor branca, com presilha de tipo CROC fechado. Tamanhos diversificados	24			N/A
6	Bata preta (tipo cabeleireiro) c/ logo bordado à frente	23	Tamanhos a facultar posteriormente		Logótipo bordado à frente; dimensões 7,5 cm x 5,5 cm; a cor verde-escuro, (pantone 356) e verde-claro (pantone 369); letras a branco
7	Calça preta (tipo cabeleireiro); em sarja 65% Poliéster / 35% Algodão; 180g/m2 ou superior; c/ elástico no cós	23			N/A
8	Socas EVA antiderrapante de cor preta, com presilha tipo CROC fechado. Tamanhos diversificados	23			N/A
9	Túnica Assistente dentário, decote em V e 3 bolsos de chapa. Mangas compridas. Cor branca com logótipo do IEPF bordado. Composição: tecido sarja ou 100% algodão. Modelo masculino	1	M	1	Logótipo bordado à frente; dimensões 7,5 cm x 5,5 cm; a cor verde-escuro, (pantone 356) e verde-claro (pantone 369); letras a preto
10	Túnica de Auxiliar de Saúde; em sarja 65% Poliéster / 35% Algodão; 180g/m2 ou superior; decote em V; de manga curta para o setor da saúde; com um bolso de chapa no peito e dois bolsos na parte inferior. Cor branca. Comprimento 95 cm. Logótipo IEPF bordado.	2	M	1	
			XL	1	
11	Calças tipo enfermeiro, com cós elástico e um bolso de chapa atrás do lado direito. Bainha com pesponto normal. Cor: verde. em sarja - 65% Poliéster / 35% Algodão; 180g/m2 ou superior	7	S	1	N/A
			M	5	
			XL	1	

Posição	Características Técnicas	Quantidade	Tamanhos e quantidades		Logotipo
12	Socas EVA antiderrapante de cor branca, com presilha (área da saúde) de tipo CROC fechado. Tamanhos diversificados	7	38	2	N/A
			39	2	
			40	1	
			42	1	
			43	1	
13	Túnica/Avental para educadores de infância; cor ganga (blue jeans); em sarja 65% Poliéster / 35% Algodão; 150g/m2 ou superior; bolso frontal; presilhas laterais de ajuste na anca. Logotipo do IEFP bordado	24	XS	2	Logotipo bordado à frente; dimensões 7,5 cm x 5,5 cm; a cor verde-escuro, (pantone 356) e verde-claro (pantone 369); letras a preto
			S	1	
			M	8	
			L	3	
			XL	5	
			XXL	4	
14	Socas EVA antiderrapante de cor branca, com presilha tipo CROC fechado. Tamanhos diversificados	24	XXXL	1	N/A
			35	3	
			36	1	
			37	3	
			38	3	
			39	3	
			40	7	
			41	4	

2. Os uniformes são constituídos com bordado com cores diversas (anexo I).

#### **Artigo 25.º** **Níveis de Serviço**

1. O adjudicatário obriga-se a entregar à entidade adjudicante os bens, objeto da presente aquisição, com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no presente Caderno de encargos.
2. Os bens devem ser entregues em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam.
3. O adjudicatário é responsável perante a entidade adjudicante por qualquer defeito ou discrepância dos bens, objeto do contrato.
4. O adjudicatário compromete-se à substituição dos bens em caso de defeito.
5. Sempre que se trate de bens sem necessidade de bordado, o adjudicatário compromete-se à sua troca, caso se verifique necessário.



Anexo I

(7,5 cm x 5,5 cm)

